

# Artigo Científico

## Reflexões sobre segurança

*George Luiz Coelho Cortês(\*)*

*O Exército moderno, mal deixa de estar na guerra, transforma-se numa espécie de gendarmeria. Sente-se envergonhado de si próprio, e não sabe nem o que faz nem o que é; pergunta continuamente, de si para si, se é escravo ou rei do Estado: este corpo procura a sua alma por toda parte, e não encontra. [...] O Exército é um bom livro que se deve folhear para se conhecer a humanidade; nele se aprende a tocar em tudo, nas coisas mais baixas como nas mais elevadas.*  
Alfred de Vigny (1975, p. 33-35 e 77).

### RESUMO

Este artigo trata de potenciais fontes de ameaça à segurança do Brasil que possam exigir o emprego das Forças Armadas (FA) para neutralizá-las. Na introdução, em síntese, evidenciam-se o cenário mundial após o fim da Guerra Fria e o quadro da América do Sul. No segundo capítulo, examinam-se, sob o prisma do poder de dissuasão do Estado brasileiro, questões que variam desde temas típicos de segurança pública à defesa da Pátria, destacando-se a ação de atores como ONGs, movimentos sociais que desafiam o Estado de Direito, facções do crime organizado e países. Na conclusão, esboçam-se sinalizações de interesse às FA quanto à dissuasão.

**Palavras-chave:** Segurança; Brasil; Forças Armadas; Dissuasão.

### ABSTRACT

This article approaches possible threats to Brazil's security which may require the deployment of the Armed Forces to neutralize them. The first part shows the world scenario after the Cold War as well as the South America panorama. The second chapter studies various matters related to the deterrence capability of the Brazilian State, ranging from typical public security issues to the Homeland defense, including the action of actors such as NGOs, social movements that challenge the State, factions of the organized crime and other

countries. The conclusion indicates matters pertaining to deterrence that are of the interest of the Armed Forces.

**Key-words:** Security; Brazil; Armed Forces; Deterrence.

### 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho discute aspectos ligados a ameaças à segurança do País, abordando o tema em estreita ligação com o poder de dissuasão do Estado brasileiro.

O fim da Guerra Fria criou a sensação de que o ambiente de conflito mundial acabaria. O ambiente tenso daquele período era como fruto determinante da luta entre o modo de vida capitalista e o socialista. Tudo não passou de ilusão sobre a paz. Junto a essa desilusão, reforçou-se a percepção de que a concentração do poder de informação e a intensidade da propaganda para mistificar a realidade histórica desempenham função essencial na imposição de conceitos cuja circulação generalizada e repetição buscavam induzir que a fase posterior à queda do Muro de Berlim fosse “o fim da História”. Incutia-se a imagem de que o “modelo vencedor” fosse dotado de estabilidade suficiente que lhe assegurasse longa duração, quase a eternidade. Consumar-se-ia, nessa imagem, uma versão pós-moderna de um mundo homogêneo, solidário e pacífico. Embora o prazo desde o fim do comunismo no pólo irradiador (a União das Repúblicas

(\*)O autor é Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro. Atualmente é o chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). (Email: ceeex@eme.eb.mil.br)

Socialistas Soviéticas) ainda seja historicamente considerado muito curto, os fatos já acontecidos são suficientes para tornar clara a seguinte visão: o mundo posterior à Guerra Fria está minado por antagonismos (SODRÉ, 1998, p. 113-114); o Brasil não escapa dessas tensões, particularmente, daquelas que afetam sua segurança; “a humanidade vive emersa em perturbadora atmosfera; [...] entre nós [do Brasil prolifera a insegurança com] assaltos, violências, os escândalos na política, os desvios de dinheiro, o roubo. Muitos poderão ser levados a um estado de espírito onde predominem o pessimismo, a angústia e o desalento” (SALES, 2008, p. 7).

Para fim deste trabalho, segurança<sup>1</sup> é o estado de garantia contra ameaças de que a coletividade nacional e o indivíduo isoladamente necessitam para que possam conquistar e usufruir do bem comum, do bem-estar, fruto do desenvolvimento e da conquista dos objetivos nacionais, ou de modo mais restrito, dos objetivos da comunidade em que vive.

A concepção de segurança não se desvincula da questão do desenvolvimento, visto que a tranquilidade social só persiste quando há bem-estar físico, material, resultante do progresso sócio-econômico usufruído pela população. Cada sociedade estabelece seus parâmetros de referência de segurança, de bem-estar e de aceitação das formas de distribuição dos bens econômicos entre seus estratos sociais. É nesse universo cultural que se percebe a segurança nacional, conceito que não deve ser entendido como conexo ao autoritarismo, à violência ou à opressão do Estado contra

parcela da população, como alguns segmentos influentes na formação da opinião pública ainda tenta estigmatizar.

A segurança se manifesta consistentemente quando o desenvolvimento se faz acompanhado de ações pela paz. A idéia de “defesa”, por sua vez, está ligada ao conjunto das medidas executadas para obter ou resguardar a segurança (ESG, 1998, p. 156), no âmbito interno e externo do Estado.

A partir dessa compreensão inicial, pode-se dizer que o preparo e a aplicação do poder militar (portanto, medidas de defesa) se referem às estratégias<sup>2</sup> de segurança adotadas pelos Estados.

O manual doutrinário “Estratégia”, que vigorava no Exército em 1997, assinalava que, “no âmbito do Exército Brasileiro, são adotadas as estratégias de segurança da presença, da dissuasão, da ação independente, da aliança, da ofensiva, da defensiva, da projeção do poder e da resistência”<sup>3</sup>. É evidente que as Forças Armadas isoladamente ou em conjunto não estabelecem (mas executam) estratégias de segurança que são prescritas, nas esferas políticas superiores a elas, pelo Estado. Tais estratégias abrangem o preparo e a aplicação do poder nacional como um todo.

Em certas circunstâncias, a expressão militar do poder nacional pode até preponderar em relação às demais; por exemplo, quando se trata da aplicação de determinadas medidas de defesa como ação decisiva. Pode-se, então, afirmar que o Exército Brasileiro (EB) não adota aliança, recurso político restrito ao Estado. Eventualmente, participará de ações com forças armadas estrangeiras na composição

1 - “A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado. Especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Tashkent, no ano de 1990, definiram a segurança como ‘uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso’”: vide o item 1.3 da Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005).

2 - Estratégia: “arte de preparar e aplicar o poder - na paz e na guerra - para conquistar e preservar objetivos, superando obstáculos de toda ordem” (ESG, 1998, p. 139).

3 - Brasil (1997, p. 3-14).

dos meios militares, em função de aliança temporária do Brasil com outros Estados, como ocorreu durante a II Guerra Mundial (II GM). Logo, as estratégias de segurança não são de iniciativa das Forças Armadas, mas do Estado.

Dentre autores renomados, Mattos (1983, p. 105-110) identifica atitudes estratégicas (a ofensiva e a defensiva) e tipos de ação estratégica (a ação direta, a ação indireta e a dissuasão) que os Estados podem adotar para prover sua segurança. A nomenclatura, no entanto, utilizada por Mattos não é homogênea no meio dos estudos estratégicos. O manual doutrinário do Exército “Estratégia”, por exemplo, opta por classificar tipos de estratégias de segurança, em vez de apontá-los como opções ou ações estratégicas. Essa diversidade de nomenclatura e de visão, entretanto, não afeta a compreensão das idéias essenciais sobre “a dissuasão” (seja estratégia de segurança ou ação estratégica), que será tratada neste trabalho em estreita ligação com as ameaças ao Estado brasileiro.

## 2 - DESENVOLVIMENTO

Para Mattos (1983, p. 108), “a dissuasão é a estratégia através da qual um país visado procura evitar a ação bélica, utilizando a ameaça de uma represália que o agressor não pode ou não está disposto a pagar”. Por essa concepção, o país visado constituir-se-ia alvo de interesses do agressor, mas o primeiro não aceita fazer as concessões almejadas pelo último. E mais, o país-alvo não estaria disposto a tomar a iniciativa da luta armada para recompor a paz; então, faria demonstrações de capacidade e de vontade de reação para que o agente da ameaça associasse essas demonstrações a danos que não compensariam o intento de “conquista”. Os danos, em tese, não decorreriam exclusivamente de ações militares. Assim a

expectativa de represália é que causa certa sensação de “intimidação” ao agressor, e este, momentaneamente, pode desistir da conquista do objetivo gerador da tensão inicial.

A doutrina em vigor no Exército percebe a dissuasão como resultante de aspectos de natureza militar. Segundo consta no “manual”<sup>4</sup>, a estratégia que reproduz o efeito dissuasório no oponente potencial

consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas, aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça, pela capacidade de revidar que representam e [...] se apóia nos fatores capacidade, credibilidade, comunicação e incerteza com relação a determinadas incógnitas, como por exemplo o comportamento de outras nações.

Obviamente, isso trata da dissuasão no que tange ao esforço militar, mas essa idéia merece complemento, porque, nem sempre, o poder militar é o elemento-chave de intimidação ao agente ameaçador. Há, ainda, por exemplo, os componentes de dissuasão devido à expectativa de represálias econômicas (bloqueio comercial, suspensão de repasse de empréstimos financeiros etc.) e políticas (condenação em organismos regionais e mundiais como a OEA, a ONU, tribunais e cortes internacionais) para as quais o ameaçado pode apelar. Essas medidas, enquanto forem atos coativos implícitos, podem ser considerados no espectro dissuasório. Assim, idéias sobre dissuasão, com viés estritamente militar, merecem ajustamento, e isso já está amplamente demonstrado em outros trabalhos.

Apesar de haver diferenças quanto aos conceitos da estratégia em foco, persiste a

4 - *Idem, ibidem, p. 3-14.*

certeza histórica de que a dissuasão não-nuclear mostra graves inconsistências, ou seja, não é efetiva nos efeitos de prevenção de conflitos, pois não se tem evitado “a guerra simplesmente por se dispor de uma força militar (convencional) que represente sólida capacidade de revide ou que faça o adversário não ter certeza do seu sucesso”<sup>5</sup>.

As causas daquelas inconsistências variam para cada situação específica. Elas estão relacionadas geralmente com a importância do visado objetivo para os disputantes, a vontade de lutar pela questão em disputa e as expectativas de ganhos e de perdas no empreendimento ao final do conflito. A vontade estabelece os limites de sacrifícios suportáveis para cada lado, ao decidir aceitar a luta armada como caminho para solução do problema, ao correr os riscos decorrentes de resultados negativos, inclusive a derrota militar ou política.

Após o fim da Guerra Fria, tornou-se comum anunciar que o Brasil não possuía inimigo, mas haveria ameaças difusas ao País. Por acaso, existiria ameaça sem agente efetivo ou potencial o qual pode, sem maiores malabarismos semânticos e diplomáticos, tomar o nome de inimigo?

Essa situação pode ser entendida a partir do prisma de que seria politicamente inadequado anunciar, na maioria das vezes, quem é o inimigo. Aliás, essa norma de polida convivência só tem sido transgredida por poucos Estados cuja diplomacia, no trato dos contenciosos rotineiros, é agressiva<sup>6</sup>, mas isso não diz respeito à tradição brasileira.

De fato, a postura amena do Brasil revela a face cordata no seu relacionamento internacional, desmobiliza sentimentos belicosos na América do Sul, retira as Forças Armadas de permanente estágio de prontidão, e, com isso, advêm todas as

conseqüências, inclusive de sacrifícios orçamentários para elas. Não se afasta, porém, a existência dos agentes de ameaça ao País.

Antes de discutir o poder dissuasório do País, é preciso verificar inicialmente o panorama regional.

O relacionamento do Brasil com os demais estados sul-americanos indica baixa probabilidade de crises que conduzam a um conflito armado, segundo o modelo clássico de guerra, entretanto “o País não está inteiramente livre de riscos [...] [pois] pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, como conseqüências de ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais [outros]”, alertava antiga a Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996<sup>7</sup>, abordagem essa, que a substituta evitou repetir, embora a idéia continue a ser realista.

Vários estados da América do Sul possuem características semelhantes quanto à dívida social com a população mais pobre, à pouca experiência democrática, ao endividamento elevado, à dependência de capital internacional, às influências de alienação emanadas dos centros de poder mundial, à crítica ao papel das forças armadas no período pós-Guerra Fria, e à situação econômica que não absorve satisfatoriamente a oferta de mão-de-obra. Isso favorece a instabilidade social e o surgimento de lideranças populistas que mais parecem se imaginar como pivôs no centro do universo. Não percebem as fragilidades dos Estados periféricos que chefiam e a distância que esse devaneio está das relações reais de poder na comunidade internacional. Como não conseguem solucionar os grandes desafios de sua alçada, nem encaminhar saídas, com

5 - ECEME (2000a, p. 2).

6 - Expressões como “eixo ou império do mal”, “big stick diplomacy” (diplomacia do porrete) e congêneres são exemplos de percepção da agressividade na diplomacia e da dificuldade de convivência pacífica e respeitosa entre Estados.

7 - Vide (BRASIL, 1996, p. 6). A Política de Defesa Nacional de 1996 e sua substituta (decretada em 2005), em vigor por ocasião da redação deste trabalho, em maio de 2005, só tratam dos conceitos ligados a ameaças externas ao Brasil. As missões constitucionais das FA associadas à garantia da lei e da ordem interna ficaram alijados por razões pouco claras.

rapidez, esses aspectos começam a expor vulnerabilidades que estimulam o descrédito da população na via democrática de governo e predispõem tais lideranças a aventuras autocráticas<sup>8</sup>, à geração de crises e conflitos, explorando sentimentos nacionalistas e outros pretextos emocionais, na busca de legitimidade perante a opinião pública para que permaneçam no poder.

Não fossem a grande tolerância popular às privações e a circunstancial repulsa da comunidade internacional<sup>9</sup> às soluções antidemocráticas, o quadro regional seria propício à eclosão de freqüentes conflitos de baixa intensidade entre Estados.

A tibieza na solução dos problemas internos de alguns também se transpõe similarmente ao cumprimento de acordos e projetos regionais. Não é por acaso que se verifica a dificuldade em se engendrar a integração econômica, a coesão de propósitos em organizações multilaterais e até mesmo o consenso em torno de simples indicação de um representante da região para cargos de enlevo nesses órgãos etc. Constrangimentos se explicitam até para que se cumpra o que já foi tido como

previamente acordado. É claro que essa fragilidade afeta a segurança dos Estados na região.

Nas relações com vizinhos, o Brasil não se defronta com problemas sobre definição de fronteiras e reivindicação de soberania sobre áreas limítrofes. Esses temas parecem inconsistentes<sup>10</sup> para estimular contenciosos graves. Embora não se divise como muito provável a ameaça advinda diretamente de atores estatais regionais, no quadro clássico de conflito por razões de definição territorial, o mesmo não se pode estimar em relação a outros aspectos. É o caso de ações vinculadas, por exemplo, a grupos criminosos que transitam pela fronteira do País.

Um desses grupos são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)<sup>11</sup>, que, a despeito de seu enfraquecimento nos últimos anos, continuam gerando tensões para a Colômbia e vizinhos desta. Para tornar mais complexo o problema, vale lembrar que elas gozam de certa simpatia de alguns grupos políticos brasileiros os quais tentam amenizar ou omitir os vínculos daquela facção armada com o narcotráfico internacional e o terrorismo<sup>12</sup>.

8 - O risco de descrédito na democracia: "Um vento de decepção perpassa [...] o MERCOSUL. Talvez tenhamos tido exageradas esperanças na democracia. Custou-nos tanto tempo e tantos sofrimentos conquistá-la que, quando finalmente chegou, pensamos que nossas penas haviam terminado. Nossos problemas se resolveriam por si mesmos. Uma geração iluminada e aguerrida na luta nos levaria à justiça social" (ALVES, 2001a, p. 4).

9 - *Prospensão à autocracia: No contexto regional, há facções adeptas da violência como estratégia na luta por poder e por mudanças. Nesses casos se incluem grupos guerrilheiros, minorias radicais incrustadas em partidos legais e alguns movimentos político-sociais que operam entre a legalidade constitucional e o emprego de métodos ilegais, conduzindo-se como facções de dupla fachada, bem à moda dos tempos de partidos clandestinos.*

10 - *Provavelmente, as influências externas sejam os fatores mais relevantes nessa questão. Durante o período da Guerra Fria, soluções autocráticas na América do Sul foram toleradas e, às vezes, estimuladas sob a justificativa da luta ideológica, por atenderem a outros interesses políticos e econômicos dissimulados. Vide: Colby & Dennett (1998, passim) e Sodré (1987, passim).*

11 - *"A América Latina (AL) atravessa um dos períodos mais difíceis das últimas décadas. A situação é muito delicada e pode levar a um desvio perigoso – alertou Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). [...] A AL precisará de um século para que sua população desfrute do mesmo nível de renda que os cidadãos dos países desenvolvidos possuem hoje. A conclusão é do BID em seu Relatório 'Progresso Econômico e Social na AL': vide Passos (2001, p. 24). Em vez de solucionarem problemas, governos populistas inventam agitações, pondo culpa pelos seus problemas em outros países, em empresários sedentos por lucros e na mídia que não esteja a seu serviço.*

12 - *No conflito colombiano se mesclam forças guerrilheiras de inspiração marxista, grupos paramilitares direitistas e facções a serviço do narcotráfico; todos com dois ingredientes em comum: desapareço pela democracia e adoção da violência indiscriminada contra a população civil indefesa. Vide: ECEME (2000b).*

13 - *Magnoli (2008, p. A2) sinaliza sobre suposto verniz ideológico intrínseco nisso e o silêncio de autoridades quanto à questão colombiana, mesmo após chefões das FARC terem sido flagrados e mortos com material que os associava a outros Estados sul-americanos. "Agora os ideólogos voltam à carga. Diante das informações encontradas no computador de Reyes [subcomandante das FARC] [...], o Brasil conserva um silêncio oficial ignóbil. Simultaneamente [...] eleva o tom da campanha de propaganda contra a Colômbia [...]. Pagaremos caro pelo erro de brincar com os princípios permanentes de nossa política externa".*



Apesar de as FARC estarem perdendo apoio da comunidade internacional e da população colombiana, e sendo pressionadas à rendição às forças regulares, que têm recebido estreita cooperação militar norte-americana, não se deve desconsiderá-las como fonte de ameaça na fronteira da Colômbia com o Brasil. Ela é propícia à evasão de guerrilheiros, ao fluxo de suprimentos para aquele grupo e ao trânsito de negócios ilícitos (contrabando de armas e tráfico de drogas) que o sustentam financeiramente. Caso seja utilizada pela guerrilha como via de escape ao cerco e à destruição, não se pode afastar a possibilidade de que o Brasil sofra constrangimentos de acusação de conivência ou omissão com o crime organizado e com grupos associados ao terrorismo. Essa hipótese verossímil de desconforto político ao País deve ponderar o papel que os EUA desempenham no mundo, em face de seu histórico de influência na América Latina e na mídia internacional. A ameaça, nessas condições, tomaria dimensão gigantesca<sup>13</sup>, visto que haveria nela inserido também o fator geográfico “Amazônia”, região que agrega, no imaginário, elementos de riscos à soberania nacional, isto é, de perda de controle sobre o patrimônio nacional (físico, econômico e cultural). Só se reverteria esse quadro de ameaça com sacrifícios ao povo brasileiro<sup>14</sup>.

Diante do exposto, parece claro que não se pode – nos limites da lei - ter complacência com grupos irregulares que cruzem as fronteiras nacionais. É essa a primeira estrutura de poder a se dissuadir

como medida preliminar para a construção de outra dimensão muito mais ampla de poder de dissuasão.

Há ainda outras fontes de ameaças à estabilidade do Estado brasileiro. São grupos internos, operando em rede, ligados ao crime organizado e aos ilícitos transnacionais (tráfico de drogas, contrabando de mercadorias, de metais, de bens da flora e fauna, etc.) cuja motivação maior é o lucro. Criam em torno de si sítios geográficos controlados pela violência, à margem da lei, desagregando a vida social local e já se projetando nas estruturas do Estado pela cooptação de agentes públicos em cargos nos três poderes. A dimensão do dano causado pelo narcotráfico à sociedade chegou a tal ponto que se pode afirmar sem exagero que, em vários aglomerados urbanos, a população está sitiada pelos “fora da lei”. Isso demonstra que o Estado precisa alterar essa situação de fraqueza, restituindo a si mesmo o monopólio do uso da violência. O crime organizado se entranhou de tal forma em setores do Estado que o flagrante delito de servidores públicos em corrupção se tornou rotina e que já há guetos de bandas podres que operam às claras. No Rio de Janeiro (isso não é “imperfeição” exclusiva desse estado), por exemplo, é fato óbvio, estampado em jornais diários:

São preocupantes os sinais de contaminação do tecido institucional do Estado do Rio pelo crime organizado. Ao denunciar a existência de uma quadrilha armada que tinha proteção política

13 - “As Forças Armadas não reconhecem oficialmente que as Farc usam aviões e fazem vôos noturnos para se abastecer de mantimentos e equipamentos em território brasileiro. Mas foi isso o que disseram militares e funcionários do governo, em São Gabriel da Cachoeira (AM), para uma comitiva de parlamentares que visitou a região no fim de semana [30-05 e 01-06-2008]. Disseram que parte desses vôos é feita por traficantes. No ano passado, soldados do pelotão de Cucuí trocaram tiros com guerrilheiros. Naquela época, as Farc usavam os rios para entrar no Brasil. Agora, com a presença militar da Colômbia, optam pelos vôos noturnos.” (FRANCO et al., 2008, p. 2).

14 - Em se tratando da Amazônia, outros componentes de gravidade podem ser adicionados à situação, como proteção da cobertura florestal da região, ameaçada de destruição por brasileiros; defesa da sobrevivência de culturas indígenas; e outros argumentos falaciosos, divulgados cinicamente por autoridades estrangeiras e ONGs cujos financiadores têm um histórico incoerente no trato desses mesmos problemas. Quanto aos registros históricos de pretextos e intervenções dos EUA na América Latina, vide: Sodré (1987, p. 8-11) e D’Araújo & Castro (1997, p. 342).

[...] e operava sobre as ordens do seu chefe de Polícia [...], a Polícia Federal revelou, enfim, o nocivo elo entre funcionários graduados do Executivo estadual e instituições que, negando a sua natureza de bastiões da legalidade, são usados como anteparos legais para atividades criminosas.

[...] Custe o que custar, o processo de depuração há que ser feito nas instituições. A sociedade não aceita mais postergações. [...] No Legislativo, deputados e vereadores fazem de mandatos salvo-condutos para ações ligadas ao crime. [...] Há provas cabais de que grande parte do organismo policial está tomada pela banda podre, e nada justifica que a existência desses maus policiais seja contemplada com uma leniência que serve de sinal verde para a expansão da atividade (O GLOBO, 2008, p. 6).

Outra questão que não pode ser esquecida é a realidade ameaçadora que envolve brasileiros instalados em países vizinhos, formando populosas colônias (no Paraguai, na Bolívia, na Guiana Francesa etc.) na expectativa de expulsão por estarem irregularmente ali residindo ou por sofrerem perseguição que varia desde desapropriação de bens a assassinatos, tudo isso sendo envolto por uma espécie de xenofobia a estrangeiros (no caso, a

brasileiros) que representariam, no imaginário de parcelas de vizinhos incomodados, os agentes do mal “imperialista” contra seus países, isto é, as causas de suas mazelas, de seu atraso<sup>15</sup>.

As vulnerabilidades que abrem precedentes para potenciais ameaças não se encerram aí. Há, ainda, no País, movimentos sociais associados a organizações não-governamentais (ONGs) que furtivamente utilizam meios ilegais para atingir objetivos de amplitude política, bem além daqueles anseios que proclamam defender: demandas sociais (pleitos pela posse de terras, por trabalho, por teto, por demarcação de terras indígenas, por assistência à saúde de silvícolas e por outros direitos) e outros pleitos “politicamente corretos”, isto é, novos ideais “nobres” (preservação do ambiente, de culturas indígenas, de recursos hídricos, etc.)<sup>16</sup>.

Algumas ONGs desempenham papel essencial na sustentação desses movimentos, dissimulando os objetivos reais<sup>17</sup> dos seus patrocinadores ocultos aos quais servem como uma espécie de testas-de-ferro. O Estado brasileiro precisa de afirmação sobre tais movimentos e ONGs que operam por meios ilegais. Quando se concentram em torno de temas amazônicos, tudo se complica em virtude do eco reproduzido com distorções na comunidade internacional, em particular, nos países mais ricos. Esses países se mostram sempre devotados em mandar lições moralistas ao Brasil para que proteja o ambiente e os indígenas amazônicos, postura essa que

15 - *A culpa pelas mazelas: “Nós outros a única coisa que soubemos fazer bem foi amaldiçoar os gringos, atribuindo-lhes todas as agruras por que passamos. Eles são os grandes culpados pela nossa pobreza, pela nossa falta de progresso. Esse fenômeno, aliás, não é típico do Brasil. A América Latina inteira, com raras exceções, tem como esporte falar mal dos [...] [estrangeiros]. Enquanto desopilamos nosso fígado crucificando [...] [os estrangeiros], o fato é que eles, os gringos, estão cada vez mais ricos e nós, cada vez mais pobres”* (MELÃO NETTO, 2008, p. 2).

16 - *Não há o intuito de se generalizar a todos os movimentos sociais nem também a todas as ONGs. Os supostos ideais nobres se desmoronam quando se flagram movimentos sociais se apropriando de dinheiro público, por intermédio de triangulação articulada entre simpatizantes instalados na burocracia estatal e ONGs que servem de intermediárias para ocultar a origem dos recursos que financiam ações irregulares.*

17 - *Esses objetivos poderiam ser associados aos seguintes aspectos: retardamento do progresso nacional; limitação da soberania brasileira; manutenção do status quo internacional; preservação de lucros fabulosos de multinacionais com controle sobre produção e comercialização de minérios estratégicos, fármacos, etc.; temor geopolítico dos países mais ricos em face de novos cenários de crise energética, alimentar, de escassez de água potável, etc.*

historicamente não assumiram ao cuidar de seus problemas análogos. Aliás, ainda hoje, vários deles, respondem pelas maiores cotas de poluição atmosférica.

O ministro Nelson Jobim (Defesa) aproveitou uma audiência na Câmara [de Deputados] ontem [04-06-2008] para defender a soberania brasileira contra ingerências externas [pilotadas por ONGs nas questões de demarcação de terras indígenas na Amazônia]. Para ele, estrangeiros têm direito e ir e vir, mas as ONGs não têm salvo-conduto e precisam esclarecer 'quem paga e a que vieram'. [...] [Ele próprio afirma que], 'antes a ONG tinha uma espécie de salvo-conduto para entrar no país. Mas grande parte deseja ser governo sem ter legitimidade política para tal. Estamos fazendo um levantamento completo sobre a pertinência de suas ações no Brasil. Precisamos saber quem paga' – [...] [afirmou] ao ser questionado sobre a presença de grupos estrangeiros em regiões da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima [área em disputa quanto à demarcação como reserva indígena, contínua ou não]. [...] [E acrescentou que] 'não há nação indígena, há tribos indígenas que são povos brasileiros. Isso está na Constituição. As terras indígenas na zona de fronteira não são incompatíveis com a penetração militar. O Brasil precisa acabar com a idéia de que a demarcação indígena é uma questão de soberania. Nós não temos o modelo americano de reservas. A questão indígena não se resolve com demarcação, mas com desenvolvimento' (SUWWAN, 2008, p. 9).

Os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores exercem seu papel, no sentido de que não se exacerbem os ânimos

no País e na comunidade internacional, mas a situação exige que o Ministério Público e a estrutura policial, judicial e fiscal atuem sobre tais movimentos e ONGs, a fim de asfixiá-los basicamente quanto às fontes ilegais de recursos e fazê-los pagar civil e criminalmente por atos irregulares que cometam. Assim, essa atuação tem de ser antecedente à necessidade de envolvimento do aparato militar na questão amazônica como força de repressão. As FA têm amplo campo para cooperar com os demais órgãos públicos, visto que elas possuem raízes na região e convivem muito bem há séculos com os indígenas e o caboclo amazônico nos confins daquela área.

Essa neutralização não se efetiva, dentre outros fatores, devido ao fato de que as “causas nobres” contam, nas estruturas estatais, com servidores públicos simpatizantes. Eles mais parecem facilitar a vida dos causadores dos problemas em foco, em vez de se disporem a colocar os “incautos e delinquentes” sob as rédeas da lei. Tudo aquilo não aconteceria se não houvesse certo alheamento ou talvez conivência com “as causas nobres”. A tolerância do servidor público, quando extrapola os sentimentos de respeito à dignidade dos criminosos e meliantes, passa implicitamente a ser apoio (ou estímulo) ao crime contra a sociedade. É preciso se admitir que o servidor público carece de estímulos e compensações, inclusive materiais, para que se disponha a deixar grandes centros com lazer e facilidades materiais à mão e vá residir em locais isolados da Amazônia. É por isso que o programa Calha Norte não se completa no conceito geral de fazer o Estado estar presente na fronteira. Os militares com pelotões especiais estão lá, mas os demais órgãos relutam em fazer seus servidores pagarem sacrifícios.

O cenário é pouco auspicioso porque se verifica que, em países vizinhos, se



avolumam pressões de movimentos semelhantes, com contornos internacionalistas à moda antiga de velhos comitês com ideário de homogeneização e de propostas de regimes de governo com traços antidemocráticos. Mudam-se a nomenclatura e as siglas dos comitês, mas a mentalidade revolucionária permanece latente, transfigurando-se em ações, à socapa, contra o Estado democrático de Direito e nas entrelinhas dos discursos.

No conjunto, os problemas já mencionados se constituem graves desafios ao Brasil, principalmente os que envolvem motivações “humanitárias” ou ambientais, pois exigem ação não-convencional para enfrentá-los e atraem a atenção internacional por ingerência de grupos radicais, da mídia carente por polêmicas e de entidades<sup>18</sup> influentes que são fundamentais para a formação da opinião em fóruns de discussão e para a ressonância dos problemas no mundo. Esse processo de influência incentiva (e visa) a legitimação de tentativas de coerção<sup>19</sup> contra o Estado brasileiro, caso o País não ceda à vontade dos mentores da coação. A concessão sempre implicará prejuízo ao Brasil, por isso não são esclarecidos, na campanha psicológica contra o País, os fins reais da coerção e os promotores (geralmente implícitos) da violência. Fica a sensação de que eles serão preservados até a

situação-limite, quando se tornará impossível o disfarce. Então, o fato já estará consumado e será a hora de pôr a “mão na massa”, isto é, de se apropriar do botim das vantagens conquistadas.

Os agentes de ameaças ao Estado brasileiro que merecem maior atenção e antecipação às suas ações, são aqueles que recebem do exterior estímulo ideológico, suporte financeiro e solidariedade política. Embora haja ameaças cujas causas motivacionais possam ser geradas a partir da indulgência estatal com certos desmandos, por descuido da elite brasileira quanto a interesses nacionais, particularmente, as causas ligadas às necessidades populares, é preciso ficar evidente no trato da neutralização dessas ameaças que é preciso enfrentar também os elementos catalisadores relevantes dos conflitos potenciais que são externos<sup>20</sup>.

Como é fácil perceber, os cenários destacados anteriormente dizem respeito, em sua maioria, no seu nascedouro, ao espectro de problemas policiais, mas podem desaguar na esfera militar na medida em que os órgãos de segurança pública (polícias estaduais e federais) não cumprem seu papel legal à altura da necessidade. É daí que surge o clamor popular pelo emprego das Forças Armadas (FA) em operações típicas de polícia. Ocorre, porém, que, há décadas, as FA sofrem duros cortes

18 - *Relacionam-se Estados isolados, organizações não-governamentais (ONG) – às vezes, com fachada de propósitos pacíficos e humanitários -, e agrupamentos estatais com histórico de coação sobre países menos poderosos ou em crise. É óbvio que muitas ONGs não se prestam a tal torpeza contra o Brasil.*

19 - *Congelamento de contas bancárias, condenação política em fóruns internacionais e bloqueio econômico-tecnológico são atos violentos e eficazes, que podem conduzir Estados sul-americanos à instabilidade social, à imobilização econômica e à incapacidade de reação armada convencional. Assim, em resposta, restariam opções estratégicas não-convencionais, cujo desfecho e controle são mais difíceis e imprevisíveis, resultando grandes baixas, alongamento da luta, maior possibilidade de generalização da violência pelo lado mais poderoso, maiores danos à população civil, desvios comportamentais no combate, estímulo à barbárie no nível tático e ensaios com armas químicas e biológicas, como ocorrido na Guerra do Vietnã.*

20 - *“No SIPLEX-4 [Sistema de Planejamento do Exército, que vigorava em 2000], ao serem apresentadas as Hipóteses de Emprego, define-se que: ‘no âmbito externo, não há definição de ameaças reais e latentes ao nosso país. No âmbito interno, ao contrário, conclui-se pela existência de múltiplas e variadas ameaças’. Salvo melhor juízo, as ‘ameaças’ no âmbito interno deviam preocupar bem menos do que a ‘não definição de ameaças’ no âmbito externo”. Vide Paiva (2000, p. 33).*

*O estímulo ideológico diz respeito à inspiração política, ao ideário que serve de plataforma para a criação da crise e do conflito. Não implica necessariamente alteração, pela revolução, do modo de produção ou do sistema político.*

*“Embora seja certo que nem todas essas organizações se dediquem a atividades subversivas, este é objetivo das principais ONGs e da rede em geral. Um exemplo claro disso é a Oxfam, estabelecida por um grupo de gentlemen de Oxford, para, supostamente, combater a fome. Em Bangladesh, [...] Financia a Gana Sahajya Sangsta, uma ONG abertamente revolucionária que promove a luta de classes”. Vide Carrasco (2001, p. 81).*

orçamentários e o isolamento do estamento político nacional que provocaram o despreparo material e de treinamento coletivo para as missões básicas de defesa da Pátria e também as de garantia da lei e da ordem (GLO)<sup>21</sup>. Além disso, há a considerar a fragilidade do arcabouço jurídico que não protege os militares executantes em missões típicas de polícia na segurança pública<sup>22</sup>.

O Estado brasileiro não pode prescindir da indústria nacional de material de emprego militar (MEM), que, em geral, define desde a década de 80. Essa base industrial concede ao País acréscimos no poder dissuasório na medida em que reduz a dependência de suprimentos daquele material do exterior, benefício esse que vem acompanhado de efeitos multiplicadores como o conhecimento sobre tecnologias duais e a prestação de serviços sofisticados. Não é por acaso que países possuidores impõem impedimentos e controles na aquisição de tecnologia dual. Quando vendem, querem fazê-lo sob invólucro da

“caixa preta”.

Projetos governamentais de crescimento e de rolagem de dívidas se fundamentaram em financiamento externo, sob condições tais que tornaram o País vulnerável à ação externa durante várias décadas, condição essa que ainda não se dissipou. É comum que grupos políticos proclamem a necessidade de um projeto de desenvolvimento de longo prazo coerente com a realidade nacional, mas isso não se efetiva. Os esboços reformistas do Estado se inspiram em modelos alienígenas<sup>23</sup> e não solucionam os problemas nacionais. Blocos políticos se digladiam por questões de cunho policial, com ímpetos indignados e destrutivos<sup>24</sup>. Em vez de trabalharem por causas nacionais maiores, abrem espaços para mais dissensões, como se tivessem tal comportamento internalizado por outros interesses<sup>25</sup>. Não levam em conta que se está postergando a conquista do bem-estar para imensa massa populacional e gerando desilusões<sup>26</sup>. Isso tudo reduz drasticamente

21 - Para o isolamento político: O aspecto foi admitido pelo ministro da Defesa Nelson Jobim, durante palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 05-06-2008, no VIII Ciclo de Estudos Estratégicos. Atribuiu isso a certo ranço ideológico no trato das questões de defesa, fato esse que esteve presente durante trabalhos da Assembléia Constituinte de 1988 dos quais foi um dos relatores mais ativos.

Sobre a penúria orçamentária na área de defesa vide: ECEME (2001, passim).

Sobre as dificuldades da expressão militar, Machiavelli (1995, p. 84, 132 e 164) ensina: “Sem possuir armas próprias, nenhum principado está seguro; antes, está mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades [...] Nada é tão instável quanto a fama de poderio de um príncipe quando não apoiada na própria força. [...] E somente são bons, certos e duradouros os meios de defesa que dependem de ti mesmo e do teu valor”.

22 - Pensamento de Nelson Jobim, à mesma ocasião mencionada na nota anterior.

23 - Carvalho (2006, p. 44 e 574) afirma que o estado de incultura da elite brasileira coloca o País no rol dos “incapazes de formular seus problemas em seus termos próprios, e necessitados, portanto, de moldar seu debate interno por uma pauta estrangeira [...]. Imitando uma cultura [a americana] que se perdeu de si mesma, perdemos-nos ainda mais, e já não somos capazes nem de julgá-la nem de julgar a nós próprios [...]. Subtende-se que tudo o que se faz nos Estados Unidos é superior e digno de imitação”.

24 - “O estado de indignação universal não fomenta em nada a honestidade e a decência, antes institucionaliza a hipocrisia e põe à disposição dos malvados uma profusão de novas estratégias e pretextos moralizantes para a prática do mal. Pois, cercado de denúncias por todos os lados, o que há de fazer o corrupto, o safado? Enroscar-se de vez na vã tentativa de alegar sua inocência ou partir para a melhor defesa – o ataque? Produzir falsas provas em favor de si mesmo ou verdadeiras provas contra seus acusadores? Buscar a proteção fictícia de frágeis subterfúgios ou se encastelar no sólido abrigo de uma muralha de dossiês contra seus adversários? [...] A revoada multidirecional de tapes [fitas de espionagens], grampos, pastas rosas e testemunhas-surpresa não é de molde a fazer brotar a verdade olímpica, mas sim soterrá-la de vez sob camadas e camadas de confusão proposital e acidental [...] É nítido que o confronto assim montado deixa de ser uma disputa entre o bem e o mal, para se tornar apenas uma concorrência entre diferentes redes de espionagem privadas, e que a parada vai ser decidida, não segundo a justiça ou a injustiça das causas alegadas, mas segundo a habilidade maior ou menor de cada um dos concorrentes no jogo de informações e contra-informações” (CARVALHO, 2006, p. 373-374).

25 - “‘Ao contrário do que a maioria pensa’, na América Latina [AL] ‘o campo de batalha não é pela mente das massas’. Essencialmente, o objetivo é controlar o pequeno núcleo de intelectuais, os educados e os semi-educados. A estratégia é conseguir a dominação através do controle dos processos educacionais. Berle (membro atuante do Partido Democrata dos EUA) expôs uma estratégia de controle da educação na AL pelo governo americano, a ser desenvolvida de maneira clandestina através de agências privadas. Livros seriam selecionados, [...] em todos os departamentos de várias universidades latino-americanas [...] e os professores que expõem a filosofia americana terão apoio e incentivo’”. Vide: Colby&Dennett (1998, p. 425 e 952).

26 - “Não imaginávamos que a injustiça era parte da nossa estrutura [...] construída por gerações de economistas e bacharéis formados nas melhores universidades americanas. Não sabíamos que os políticos que elegíamos nos venderiam tão facilmente” (ALVES, 2001b, p.4).

a capacidade de o Brasil se opor (por dissuasão) tanto a ameaças oriundas de agentes com dimensão de poder simétrico quanto aquelas sustentadas por poderes sobejamente superiores ao do País.

A vulnerabilidade da economia do País, ainda muito dependente do estrangeiro, coloca o Brasil sob crítica capacidade dissuasória, diante de ameaças patrocinadas por poderes estranhos à América do Sul. Como as Forças Armadas são dependentes de suprimentos e serviços sofisticados (aeronaves, carros de combate, equipamentos eletrônicos, serviços de vigilância aeroespacial e de apoio à navegação, etc.) substancialmente fornecidos e controlados por Estados do hemisfério norte, a opção dissuasória convencional não se basta para o País. Restariam as opções estratégicas e políticas não-convencionais para a intimidação implícita. Estas também sofrem sérias restrições. Há rejeição nacional a recursos torpes e dúvidas quanto à dimensão do apoio que a população daria às decisões governamentais, porque a representatividade política nacional não tem estimulado o sentimento cívico e experimenta, durante as últimas décadas, baixos níveis de credibilidade popular, sem

que se manifeste forte vontade de alterá-la<sup>27</sup>.

Outro fator que forma o imaginário dissuasório é o componente psicossocial. Crucial durante os períodos de crise e de conflito, ele se refere à vontade nacional de lutar, isto é, de não se dobrar ao agente da ameaça que deseja se impor, apelando para a violência contra o País. Sem vontade nacional não há resistência à violência nem perseverança na luta. Não há como vencer os desafios postos à nação.

Nesse contexto, não se pode esperar que órgãos de segurança coletiva (OSC), como a ONU e a OEA, façam a justiça ao País (resguardem-no), caso este sofra a ilegítima coação perpetrada por poderes mais fortes. Esses OSC possuem alguns processos controlados por critérios pouco legítimos por falta de representatividade de conselhos, comissões etc. É o caso, por exemplo, do Conselho de Segurança da ONU, que decide sobre emprego de forças militares e temas conexos. Quando Estados poderosos, praticantes do autoritarismo nas relações internacionais, têm interesses em jogo, a manobra ilegítima se expõe. Com isso, as decisões dos OSC mais se aproximam de solução de acomodação do que de justiça e reparação<sup>28</sup>.

27 - *O povo brasileiro rejeita o assassinato e o terrorismo como ação política. "Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) VIII - repúdio ao terrorismo (...)". BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de outubro de 1988, e emendas.*

*Quanto ao distanciamento entre autoridade (representatividade) e credibilidade popular no Brasil, o fenômeno parece grave, notório, e toma as páginas dos jornais com total despudor: vide Alves (2001b, p. 4).*

28 - *Quanto ao autoritarismo nas relações entre os Estados, do qual o Brasil não escapa, Brochado (2001, p. 35 e 64) alerta o seguinte: "No relacionamento entre nações com o abandono das frágeis normas do Direito Internacional, a autoridade extrapola, muitas vezes, esse sentido de legítimos interesses entre a coerção e o seu objeto. A pressão das grandes potências nucleares [...] para que as nações não-nucleares assinem um estranho 'Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares', não representa um propósito pacífico, humanitário ou para coibir o eclipse moral do terrorismo de Estado, que o justificaria como interesse mútuo, mas uma agressão à soberania que impede os signatários, coagidos pela ameaça de sanções de toda ordem, o acesso a uma tecnologia vital para o desenvolvimento de todos, mas, que, sem dúvida, nivelaria o poder de coerção entre as grandes potências e pequenos países que se dedicassem com sucesso. O Tratado mantém o status quo favorável ao domínio de uns poucos. Uma espécie de rendição, de submissão declarada pelos signatários aos senhores do poder nuclear estabelecido. [...] Por que devemos acreditar na boa e santa intenção das potências nucleares 'tradicionais'? Simples autoritarismo sobre o poder nuclear que o Direito Internacional e os organismos políticos supranacionais, como a ONU, são incapazes de coibir. Em resumo: o líder autoritário dinamiza o poder [...] e cria uma situação anômala de obediência inapelável, injusta ou irracional. Esse efeito é provocado pela pressão coercitiva dominante [...], liberando o agente [...] dos limites definidos pelos interesses do agrupamento em questão. Extrapola. Segundo suas próprias razões, esse líder fará e desfará, cumprirá e descumprirá, perseguirá e protegerá. [...] O autoritarismo institucional ou de Estado em nível paroxísmico transmuda o respeito em medo e terror. [...] Os presidentes americanos [...] não podem ser autoritários ao administrarem os assuntos internos da nação, mas se sentem liberados de quaisquer peias políticas e legais no relacionamento com as nações do mundo para a defesa dos interesses americanos". Sobre os OSC: A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, apesar de sua grande importância na segurança mundial, não é modelo de organismo representativo nas decisões sobre conflitos entre Estados. Seu Conselho de Segurança (CS), seção que decide sobre tais tipos de problemas, depende da vontade de apenas cinco membros com direito a veto: estranha legitimidade.*

Que agentes internos poderiam se tornar forças adversas (ameaças) ao Estado brasileiro? Estariam essas forças adversas dispostas ao combate contra as Forças Armadas?

Grupos brasileiros adeptos da violência como instrumento de ação política são os que mais se aproximam daquilo já consagrado no meio militar com a denominação de forças adversas ao Estado de Direito. Essas facções, para fins de percepção conceitual das operações militares, podem ser grupadas em duas categorias. Há aquelas cuja destruição ou neutralização são visadas no combate. Elas seriam, no momento da operação, os oponentes à força federal, apresentando-se como poder que se dispõe à luta armada, ao enfrentamento militar. Nessas situações, predominariam as ações de combate. A outra categoria de facções corresponderia a segmentos que não desejam o enfrentamento militar nem percebem a força federal como adversária, mas sua postura ameaça a ordem pública, exigindo operações tipicamente policiais<sup>29</sup>.

Atualmente, não há indícios de que grupos nacionais se disponham a aceitar a luta armada aberta contra as FA para confrontar a ordem vigente, mas existem facções como, por exemplo, as dos

narcotraficantes que coagem populações pela intimidação com armas. Há também alguns casos em que líderes de movimentos “sociais”, por diversas vezes, apelaram para métodos ilegais com o uso da violência armada, na ocupação/desocupação de imóveis particulares/públicos, na depredação de instalações de órgãos públicos, no aprisionamento de reféns, na interdição de vias de transportes etc. Para tanto, manobraram, com requintes de táticas de guerrilha, contingentes de inocentes, ignorantes da lei e desamparados sociais. Tinham nítido propósito de se caracterizarem como vítimas da violência do Estado, por ocasião da ação policial na recomposição da ordem pública<sup>30</sup>. Diziam estar defendendo direitos legais, mas o faziam praticando atos ilegais e ilegítimos. O agente “fora da lei” e antidemocrático é contumaz nesse tipo falacioso de argumento.

Atualmente, não há espaço político para a opção armada no plano interno. Esses grupos tinham dificuldade em garantir recursos para sustentarem seu aparato de mobilização, o que era uma de suas fraquezas até a década de 80, mas isso, aos poucos, tem sido superado por artifícios engendrados por ONGs que intermedeiam fluxos de recursos financeiros, inclusive

29 - *A História Militar Brasileira é plena de casos com essas operações, atualmente denominadas como de garantia da lei e da ordem (GLO). “Nas Campanhas do Contestado, nas Revoluções de 30 e 32, no combate à guerrilha no sul do Pará durante a década de 1970, havia a finalidade de destruir o componente armado que se opunha ao governo federal. A ação de combate era relevante. As operações do tipo polícia secundavam o combate militar. Já na restauração da ordem pública, ameaçada em virtude de motim de policiais militares em Maceió - AL, em julho de 1997, em Palmas - TO, em junho, e Salvador - BA, em julho, ambos em 2001, a ação predominante foi de natureza policial” . ECEME (2001, p. 18).*

“Os militares realizaram muitas intervenções [...] no Brasil [...]. Mesmo que [...] seja esquecida a fase anterior à Segunda Guerra Mundial, os militares estiveram à frente [...] em nosso país, [...] da abolição do escravismo à queda da monarquia. É fácil verificar como tais intervenções, mesmo na fase da ‘guerra fria’, tiveram aspectos que impedem que sejam qualificadas como antidemocráticas [...], significa que (as forças armadas) são sensíveis às pressões políticas, que elas estão subordinadas às contradições da sociedade brasileira” . Sodré (1984, p. 26-27).

30 - “Genivaldo da Silva: Numa ocupação de terra na Paraíba, os pistoleiros atiraram na gente durante uma hora. Não sei como escapamos . Na fuga, tinha deixado minha arma. Voltei, queria lutar e morrer, mas um companheiro começou a chorar e fomos embora [...] Fomos 150 militantes expulsos. Eu tinha participado da Escola de Formação de Lideranças [...] e fiz curso de treinamento com o Sendero Luminoso na fronteira com a Argentina. Os guerrilheiros nos ensinaram táticas de guerrilha, sobrevivência na selva e desmontar arma.

[Revista:] Como eram as táticas de ocupação?

Genivaldo: Tinha a tática por batalhões. As crianças ficavam na frente. Os soldados vinham, elas pediam balinhas, se ajoelhavam, pegavam no revólver. A ideia era amolecer o coração deles. Se entrassem, encontravam as mulheres, que choravam, desmaiavam, faziam cena.

Depois, vinham as moças, os velhos e, no fim, nós, mais novos, com paus enrolados com pano e latas de gasolina (sic)”. Entrevista concedida a Ventura (2008).

oriundos do Tesouro Nacional.

Em geral, os grupos radicais têm conseguido submeter autoridades judiciais e do Executivo a vexames, à coação, ao desgaste de sua imagem, tornando-as reféns de sua vontade. Simulam não desejar caracterizar o confronto armado. Para tais casos, não parece adequado se supor que o poder dissuasório fornecido pelas FA seja cabível, pois ele pouco significado tem como elemento preventivo à agressão ao Estado de Direito. A capacidade de intimidação a esses grupos reside na atuação do Ministério Público, na eficiência da atividade de Inteligências dos órgãos de segurança pública, no desempenho das polícias judiciárias e na agilidade da Justiça. A intimidação pelas FA só deve se manifestar durante a execução (ou no limiar) das operações de GLO de natureza policial. Nessas ocasiões, quando ocorrem, aquelas facções, em geral, têm recuado, evitando o confronto direto com a tropa militar.

O grau de ameaça interna ao Estado de Direito aumenta substancialmente, caso exista apoio externo de países ou de ONGs a serviço de Estados poderosos. Esses elementos externos têm o poder de potencializar problemas, de forjar e agravar (escalar) crises, tudo para impor ao governo brasileiro sua vontade, seus objetivos políticos, sob a máscara de pleitos (alguns legítimos como direitos humanos, reforma agrária, proteção ambiental, segurança de minorias, etc.) apresentados, inicialmente, por grupos internos. De qualquer forma, vale lembrar que

... o emprego das Forças Armadas na ordem interna não deve, porém, ser estendido à rotina da segurança pública, sob pena de acabar prejudicando-as no que se refere à sua missão precípua, a defesa nacional propriamente dita, e de

comprometê-la além do razoável, numa democracia, com a condução de questões internas. Seu uso precisa ser preservado para situações bem definidas e transitórias, em que a atuação policial não basta para garantir a ordem constitucional, a ordem legal e os direitos do povo, até mesmo, algumas vezes, para situações que exigem operações especiais ou quaisquer outras tipicamente de nível militar ou que dependam de meios só disponíveis nas Forças Armadas. Em suma: entre admitir o uso rotineiro das Forças Armadas na ordem interna (como muitas vezes é aventado por autoridades públicas e pela sociedade em geral) é melhor preparar outros instrumentos do Estado legalmente vocacionados para tal missão, é com certeza mais correto adotar esta última medida, preservando o emprego da força militar pra a instância que inequivocamente a exija (FLORES, 2002, p. 33-34).

Aplicar-se-ia ao ambiente interno a mesma lógica de dissuasão que se refere a ameaças externas?

Conforme verificado anteriormente, atualmente no Brasil, o processo dissuasório não é análogo nas questões de ameaças internas e externas. Alguns grupos internos, mesmo não cogitando enfrentar as FA, não abdicam do desafio ao Estado de Direito. Alguns deles funcionam permanentemente no limiar da ilegalidade, afrontando a lei deliberadamente, como forma de pressão para atingir seus objetivos cuja abrangência está fora da lei. Assim sendo, as FA não têm o papel de impedir (dissuadir) que tais grupos executem ações ilegais, violentas, com propósitos políticos.



Encerrando esta seção, cabe salientar que, de forma bem simplificada, o poder dissuasório que as FA sinalizam aos agentes de ameaças ao Estado brasileiro pode ser por eles percebido objetivamente sob quatro aspectos: estrutura das organizações combatentes<sup>31</sup>; efetivo<sup>32</sup>; material (quantidade, qualidade tecnológica, dependência de suprimentos estrangeiros, funcionalidade dos serviços e disponibilidade para mobilização)<sup>33</sup>; adestramento (prática coletiva das organizações no âmbito de cada FA e entre estas; e estágio de integração<sup>34</sup> das FA quanto aos planos de campanha concebidos, aos exercícios realistas de preparação e ao comando e controle). Ora, reverter a situação em que estão esses quatro requisitos importa mudanças. Segundo Flores (2002, p. 9-10),

... já dizia Maquiavel, em O Príncipe, 'não haver coisa mais difícil para fazer, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de controlar do que tornar-se chefe e introduzir novas ordens. Isto porque o introdutor tem por inimigos todos aqueles que obtinham vantagens com o que havia'. Este pensamento [...] é particularmente aplicável às grandes organizações públicas, que

não se pautam pelo critério do sucesso econômico e cujos profissionais são em geral sujeitos à escalada hierárquica e submetidos à formação homogeneizada, assim como à socialização profissional emoldurada por uma cosmovisão peculiar, com seu corolário, o pensamento praticamente igual, às vezes, até alienante, em relação à sociedade que os circunda.

Nessas organizações, a novidade é eventualmente suspeita, e o pensamento muito heterodoxo pode ser interpretado como heresia e representar riscos para a carreira [...]. Resultado: [...] há, por consequência, alguma tolerância com a rotina e até mesmo com a mediocridade conformada, mais preocupada com o resguardo de posições hierárquicas e funcionais do que com a eficiência objetiva.

As organizações militares se inserem no conteúdo do parágrafo anterior.

### 3- CONCLUSÃO

Estrategistas clássicos identificam como atitudes estratégicas básicas a ofensiva, a defensiva e a dissuasão, para preparar e aplicar o poder nacional na

31 - Não se deve considerar apenas se a estrutura da organização militar de tropa para o combate está completa. É necessário se verificar se há adequação doutrinária dessas estruturas às missões a cumprir.

Corpos cerimoniais e escolas (bandas, guardas etc.) não devem ser computados como elementos contributivos para a dissuasão.

32 - Devem ser considerados critérios como quantidade, capacitação técnica, capacidade de mobilização e disponibilidade de reservas de pessoal já habilitado.

33 - Sem querer particularizar uma ou outra FA, vale observar o seguinte pensamento de Flores (2002, p. 79-80 e 83): "Temos [certos] navios por ter, porque é uso dos países terem navios e isto jamais constituiu programa [...]. Programas militares devem estar vinculados a objetivos e concepção de emprego plausíveis, condicionados por idéia de defesa nacional criteriosamente formulada, com seus apêndices correlatos, sancionados pelo campo político e, na medida da aferição possível, pela própria sociedade [...]. Qualquer concepção é correta se considerada nos realistas e bem fundamentados limites de sua validade objetiva – e o que precisa ser avaliado é a realidade objetiva de nossas responsabilidades e preocupações, capaz de justificar, ou não, esse [ou aquele] sistema de armas."

34 - "A histórica rivalidade interforças, nutridas na cultura da autonomia corporativa, tem de ser superada para que seja viável o esforço militar integrado, como requerido pelas circunstâncias estratégico-operacionais, logística e de 'inteligência', bem como a tecnologia da época. É como está acontecendo nos países cujos poderes militares vêm se adaptando a elas, com bons resultados para a defesa nacional integrada. O problema tem forte componente cultural e, por isso mesmo, não terá solução rápida. Um bom incentivo seria a criação periódica de comandos militares integrados, experimentais e transitórios, tanto para planejamento como para exercícios, e para que as Forças detectem, avaliem e resolvam coordenadamente suas dificuldades, de modo adequado à prática da integração em situação concretas. Talvez fosse útil até mesmo a criação de um comando permanente, na Amazônia ocidental, por exemplo, onde o potencial do Sívam seria útil à experiência – Além de se tratar de teatro estratégico-operacional naturalmente combinado, propício à experiência". (FLORES, 2002, p. 88).

segurança dos Estados. Conforme essa concepção, em tempo de paz, a presença, a aliança e a projeção de poder<sup>35</sup> deveriam ser entendidas como exemplos de ações ou opções estratégicas, por meio das quais a dissuasão se implementaria.

Como não há, à vista, elementos conceituais (alteração doutrinária) nem dados materiais novos (evolução tecnológica, aquisição de equipamento etc.) que estejam sinalizando substancial modificação do poder relativo de combate das FA do Brasil em comparação com as de outros países, pode-se deduzir que, em médio prazo, a dissuasão tende a não crescer. Em suma, não se identifica salto qualitativo no poder de combate das FA.

Da mesma forma, não há expectativa de grandes alterações na forma de tratamento que o País tem recebido no relacionamento com as grandes potências. Estas não estão dispostas a fazer concessões de poder, de facilidades comerciais, de oportunidades para o crescimento dos mais pobres. Ao contrário, continuam lutando para preservar velhos preceitos de superioridade em relação a Estados menos poderosos, julgando-se mesmo, nos momentos de eventuais infortúnios, vítimas da falta de solidariedade daqueles que

vivem em permanente sofrimento<sup>36</sup>.

A validade da “presença” das FA como fator dissuasório na GLO merece considerações. Os grupos violentos no Brasil não se dispõem à luta armada contra as FA nem abdicam da burla à lei, da violência como ação política. A existência das FA em certos locais não tem impedido a perseverança de tais grupos no desafio ao Estado de Direito nos mesmos sítios geográficos. Logo, o sentido dissuasório das FA não tem valor pleno para eles. Ainda assim, a proximidade de forças militares estacionadas em alguns estados da federação propicia efeitos positivos, na medida em que isso permite o acompanhamento cerrado sobre a evolução dos movimentos e a resposta rápida aos problemas na sua gênese, isto é, no limiar da declaração da incapacidade dos órgãos policiais.

Cabe destacar que, atualmente, quando as FA são empregadas na GLO, dada a natureza dos conflitos e das crises que envolvem aquelas facções, não há amparo jurídico satisfatório para a ação militar, pois os executantes ficam às voltas com a Justiça Comum.

Admitindo-se a necessidade de reestruturação das FA, não se pode afastar a

35 - Em período de normalidade, o dispositivo militar distribuído em todo o território onde possa ser empregado, forças bem adestradas nacionais em missões de paz da ONU no exterior e a participação do país em alianças solidárias aos seus membros, quando ameaçados, são aspectos de efeito dissuasório a potenciais agressores externos, porém insuficientes diante do poder, da agressividade e das tendências históricas de dominação de grandes potências.

36 - A solidariedade mundial ao combate ao terrorismo não foi considerada suficiente por parcela da elite norte-americana, após os atos ocorridos em 11-09-2001 nos EUA. A forma como ela vê os demais países e os trata, sem meias palavras, se manifesta na influente mídia (espécie de alter ego daquela parcela da elite). Eis um exemplo disso em um colunista do jornal *New York Times*: “O Paquistão vai permitir que usemos suas bases às segundas [...], desde que lancemos bombas somente nos talibãs cujos nomes comecem por Omar e não tenham primos no serviço secreto paquistanês [...] A Índia está conosco às terças [...] caso possa atacar as forças paquistanesas na Cachemira nos outros dias. O Egito está do nosso lado aos domingos, mas não podemos contar para ninguém, nem mencionar a ajuda anual de US\$ 2 bilhões que lhe damos [...] A Aliança do Norte também está do nosso lado, se comprarmos sandálias novas para suas tropas e fornecermos passaportes americanos [...] Israel está conosco, desde que não questionemos a insensatez de sete mil colonos judeus no meio de um milhão de palestinos na Faixa de Gaza [...] Os sauditas, naturalmente, gostariam de estar conosco, mas não nas batalhas. Mas não se preocupem. O príncipe Alweed prometeu alugar alguns soldados de Bangladesh – por uma pequena comissão. Eles adorariam entregar as fichas dos 15 sauditas envolvidos nos seqüestros de 11 de setembro, mas seria uma violação de sua soberania e vocês sabem como eles respeitam isso [...]. Meus caros americanos, odeio dizer isso, mas exceto pelos velhos e bons ingleses, estamos sós [...]. Vocês podem perguntar como tivemos tantos aliados na Guerra do Golfo. Os sauditas e kuwaitianos compraram aquela aliança. Compraram o Exército sírio com bilhões de dólares para Damasco. E nos compraram e aos europeus com promessas de grandes contratos de reconstrução. Desta vez temos que pagar. Infelizmente, matar cinco mil inocentes em Nova York não mobiliza tanto assim o resto do mundo. Em parte a culpa é nossa. A mensagem unilateral de Bush em seu primeiro dia de governo – livre-se do tratado de Kioto, esqueça o acordo biológico e o controle de armas – voltou para nos assombrar”. Friedman (2001, p. 36). Como se pode observar, esse não deve ser o pensamento de toda a elite do dito Primeiro Mundo, tampouco a norte-americana. Ele revela o terrível preconceito (o de que nada de consenso há que não seja comprado por eles) influindo sobre a opinião pública dos EUA, o país mais poderoso do mundo.

possibilidade de criação de Unidades de Mobilização e Formação de Reservas (UMFR), com efetivos muito reduzidos. Elas ocupariam instalações atualmente destinadas a várias organizações no Nordeste e no Sudeste, por exemplo, e serviriam – além dos encargos denotados em seu nome - como pontos de apoio para as organizações que fossem deslocadas de outras localidades para missões de GLO. A reestruturação se destinaria a completar as organizações na Amazônia, prevendo-se a possibilidade de esse processo resultar redução de efetivo: economia de custeio a reverter em investimento.

Há perspectivas de que a necessidade de dissuadir ameaças externas seja crescente em face de problemas como a cobiça internacional sobre a exploração econômica da Amazônia. Esse tipo de ameaça pode se manifestar associada a problemas internos, liderados por grupos de brasileiros, reivindicando mais terras e autonomia para indígenas, proteção ambiental, etc. Outra hipótese seria a geração de crise com um vizinho do Brasil, simultaneamente a um estado de tensão devido a problemas na Amazônia, para dividir o esforço brasileiro em duas frentes, criar a sensação de incapacidade de

enfrentar dois problemas simultâneos e tornar o País politicamente mais vulnerável<sup>37</sup>.

Tendências dominadoras de Estados não se modificam facilmente, gerando conflitos que se sucedem, porque, ao final da maioria deles, não predominaram o ideal de paz e o simples ressarcimento pelos danos, mas a retaliação, a submissão de povos, a humilhação política e o ímpeto incontrolável em fracionar os perdedores e mais fracós. Em suma, tais Estados terminam provocando novas tensões<sup>38</sup> e mais ressentimentos.

Como as fontes de ameaças vultosas advêm do exterior, cercadas dos ingredientes acima citados, cabe ao Brasil solucionar seus problemas internos que pretextam tais ameaças e se preparar para as opções estratégicas não-convencionais levadas “ao ambiente urbano, pois é onde os êxitos [no nível tático] têm mais reflexos na opinião pública nacional (motivação) e na internacional (dissuasão)” (PAIVA, 2000, p. 14). Baseado nisso, deve-se prosseguir no aumento do poder militar qualitativo na Amazônia<sup>39</sup>, estruturando organizações completas para o combate na região; intensificar a especialização de maiores contingentes de quadros em operações

37 - Segundo alguns autores, o conflito nas Malvinas aproxima-se da situação em que se abriram ameaças à Argentina em duas frentes (face à fronteira chilena, ainda sob tensão devido à questão de Beagle, onde forte dispositivo tinha de ser mantido, e nas próprias ilhas Malvinas, já ocupadas pelos argentinos) a mobilizar meios, terminando por tornar os platinos mais vulneráveis à ação britânica. Nesse episódio, os EUA exerceram papel catalisador do desequilíbrio, fornecendo apoio ao Reino Unido. “Enquanto o Secretário de Estado Alexander Haig fazia o esforço diplomático para negociar, exercendo o papel de interlocutor equidistante da Argentina e do Reino Unido, as ações subterrâneas dos EUA eram outras, tinham beneficiário certo: o Reino Unido” (FRASSETO et al, 2001, p. 26). “Os satélites de observação dos Estados Unidos, rastreamento a força-tarefa argentina desde seu ponto de partida, deram o alarme e, incontinentemente, o governo norte-americano informou o governo britânico, por intermédio de seu adido militar em Londres [...]. Washington anunciou que o governo dos EUA ia enviar um terceiro petroleiro com combustível para a ilha de Ascensão, base logística da força-tarefa britânica que operava no Atlântico Sul”. (DUARTE, 1986, p. 87 e 211).

38 - O domínio pela coerção já teve várias motivações e nomes: guerra santa, cruzadas, conversão dos gentios, colonialismo, imperialismo, comunismo, globalização, etc.

“A pressão atual das potências capitalistas para uma ainda enigmática globalização, tendo a OTAN como pano de fundo, não estará transformando o planeta – pelo menos o Ocidente – no sítio de suas conveniências?” (BROCHADO, 2001, p. 82).

A tendência à divisão: A divisão da Alemanha, da Coreia, e as insinuações de fracionar o Afeganistão, veiculadas na mídia, já no início do conflito com os EUA em setembro de 2001, são demonstrações de desrespeito aos povos submetidos a tais vexames. O mais grave é que os conflitos em que esses estados se envolveram não tinham por motivação reivindicações territoriais. É famosa a divisão da África “com esquadro e régua”, entre potências coloniais européias no século XIX. Dividir nações e famílias tem sido pormenor irrelevante na História e no jogo político entre estados mais poderosos do mundo.

Uma ameaça: “É incorreto crer que não exista uma clara ameaça à soberania e à integridade territorial na Amazônia. É perigoso deixar de destacar esta ameaça na PDN (...). O reconhecimento desta ameaça é fundamental para conscientizar a Força Terrestre e a sociedade nacional, bem como orientar – clara e objetivamente – o planejamento estratégico, as diretrizes, o preparo e o emprego do Exército e das demais Forças Singulares, de forma integrada”. Paiva (2000, p. 14).

39 - Paiva (2000, p. 47) propõe uma série de mudanças que merecem ser avaliadas.

especiais, em selva e ações de comandos, para lá servirem; e implantar mais órgãos de formação de reservas, verdadeiras escolas de civismo.

Paralelamente a esse esforço militar, é preciso levar à juventude nacional lições práticas sobre a realidade amazônica. Os temas de defesa devem se associar a iniciativas como o Projeto Rondon, pois é uma forma pouco dispendiosa de infundir no meio universitário a questão de segurança nacional, em particular, daquela voltada para a afirmação da soberania brasileira na Amazônia.

Divulgar essas iniciativas é medida igualmente importante. A população brasileira e a comunidade internacional precisam ter opinião favorável à causa brasileira. É imprescindível revigorar o sentimento cívico nacional e tornar claro aos estrangeiros que a nação se dispõe a lutar para defender o patrimônio e a soberania do Brasil.

O desenvolvimento é um desafio permanente ao Brasil. Alcançá-lo demanda, além de outros aspectos, segurança, o que implica defesa do patrimônio, soberania da lei e dissuasão de agentes ameaçadores aos interesses do País. A segurança é, portanto, uma das condições necessárias para que a população brasileira produza seu bem-estar material e usufrua a paz social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. Bronca democrática. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 4, 16 out. 2001a.

\_\_\_\_\_. Contradições. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 4, 28 out. 2001b.

ARAÚJO, Braz de; LIBERATTI, Marco Antonio. Colômbia. In: ARAÚJO, Braz de; et. al. Conflitos localizados no mundo contemporâneo: pesquisa. Braz de Araújo (coordenador). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 257-286.

BEAUFRE, André. Introdução à estratégia. Trad. Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988, e emendas. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Decreto nº 3 897, de 24 de agosto de 2001. Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 667 de 02-07-1969. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. Estratégia (C124-1). 2. ed. Brasília: EGGCF, 1997. Manual de Campanha

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97 de 09-06-1999. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9649 de 27-05-1999. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Política de Defesa Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5 484 de 30-06-2005: aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em: 29 maio 2008.

BRIGADÃO, Clóvis et al. Estratégias de negociações internacionais: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

BROCHADO, João M. Simch. O caráter dos soldados: estudo dos valores coletivos que configuram a base do caráter profissional de militares nas forças de combate. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. Diplomacia presidencial: discurso do Presidente no Parlamento Francês. O Globo, 2ª ed., Rio de Janeiro, 31 out. 2001.

O País. P. 4.

CARRASCO, Lorenzo (Coord). A máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial. Trad. Yára Nogueira Müller. Rio de Janeiro: EIR, 2001. p. 22 e 28.

CARVALHO, Olavo de. A nova ordem nacional. Revista do Clube Militar nº 388, Rio de Janeiro, p. 11, 12 out. 2001.

\_\_\_\_\_. O imbecil coletivo I: atualidades inculturais brasileiras. São Paulo: É Realizações, 2006.

CHASE, Robert, Hill, Emily, and PAUL, Kennedy (editors). The pivotal states: a new framework for U.S. policy in the developing world. New York: W.W. Norton, 1999.

HELD, David, McGrew, Anthony, Goldblatt, David, Perraton, Jonathan. Global transformations: politics, economics and culture. Stanford: Stanford University Press, 1999.

COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. Seja feita vossa vontade: a conquista da Amazônia – Nelson Rockefeller e o evangelismo na Idade do Petróleo. Trad. Jmaíra França. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COUTO, A. J. Paulo. O desafio da subversão: democracia – vulcão social. Porto Alegre: FEPLAN, 2001.

COUTO, Abel Cabral. Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso. Volumes 1 e 2. Lisboa: Instituto de de Altos Estudos Militares, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Castro. Geisel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Conflito das Malvinas. 2 v. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.

DYSLI, Luis B. Olivares. Disuasion, conflicto y estrategia. Publicaciones Militares. Santiago: Estado Mayor General del Ejercito – Chile.

ESCOLA DE COMANDO E

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). Dissuasão não-nuclear: limites e aplicabilidade. Centro de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro: ECEME, 2000a.

\_\_\_\_\_. Centro de Estudos Estratégicos. A mídia e as operações militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2001.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). Centro de Estudos Estratégicos. O conflito armado na Colômbia. Rio de Janeiro: ECEME, 2000b.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). Fundamentos Doutrinários da ESG. Rio de Janeiro: A Escola, 1998.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). C124-1 Estratégia. Manual de Campanha. 2. ed. Brasília: EGGCF, 1997.

\_\_\_\_\_. Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). Volumes 1 a 6 (Reservado). Brasília: EGGCF, 2002.

FELGUEIRAS, Carmen Lucia Tavares. Os arquitetos do futuro: Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado. In Estudos Históricos, nº 27. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 1-264.

FLORES, Mario Cesar. Reflexões estratégicas. São Paulo: É Realizações, 2002.

FRACO, Ilmar et al. Os militares e a ação das Farc. O Globo, Rio de Janeiro, Panorama político de Brasília, p. 2, 04 jun. 2008.

FRASSETO, Mariana Teixeira; et. al. A instituição da ALCA e o futuro da economia mundial. Rio de Janeiro: ESG – Divisão de Extensão, 2001. Trabalho em grupo.

FRIEDMAN, Thomas L. Os Estados Unidos estão sós. O Globo, Rio de Janeiro, O Mundo, p. 36, 27 out. 2001.

GARRIDO, Luiz Fernando Azevedo. A presença militar brasileira na Amazônia como fator de dissuasão: análise histórica e



a importância da interiorização e do acesso às fronteiras: reflexos na Segurança Nacional. Monografia (Reservado). Rio de Janeiro: ECEME, 1994.

GIDDENS, Anthony. O estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. Tradução: Beatriz Guimarães. São Paulo: Ed. USP, 2001.

GRAY, Colin S. Modern strategy. Oxford, USA: Oxford University Press, 1999.

GURR, Ted Robert. Manual do conflito político. Trad. Inéa Fonseca. Brasília: Editora UnB, 1985.

HART, Liddell. Estratégia: conceituação e emprego em 25 séculos. Trad. Celso dos Santos Meyer. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1966.

HELENA, Letícia. A geração vermelha do movimento estudantil (Extremistas, mas com conforto e mesada: Militantes dizem preferir a clandestinidade). O Globo, Rio de Janeiro, 28 out. 2001. O País, p. 8.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KISSINGER, Henry. A diplomacia das grandes potências. 3. ed. Trad. Saul S. Gefeter e Ann Mary F. Perpétuo, revista por Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

\_\_\_\_\_. Memórias: anos de renovação. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001. v. 3.

LA PALLOMBARA, Joseph G. A política no interior das nações. Trad. Marilu Seixas Corrêa e Oswaldo Biato. Brasília: Editora UnB, 1982.

LARRAZÁBAL, Ramón Salas. Seguridad, paz y defensa. Madrid: Ministerio de Defensa, 1995.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. Estratégia militar e desarmamento. Rio de Janeiro: BILIEX/Bloch editores,

1971.

LIMA, Alceu Amoroso. A realidade americana: ensaio de interpretação dos Estados Unidos. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

MACHIAVELLI, Niccoló. O príncipe. Tradução, prefácio e notas: Lívio Xavier. 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. A estratégia - seu desdobramento no espaço e no tempo. Revista da ESG nº 30. Rio de Janeiro: ESG, 1983. Divisão de Documentação.

\_\_\_\_\_. Estratégias militares dominantes. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.

MELLÃO NETO, João. A nossa gloriosa insignificância. O Estado de São Paulo, São Paulo, Espaço Aberto, p. A2, 06 jun. 2008.

O GLOBO. Remédio amargo: editorial. O Globo, Rio de Janeiro, Opinião, p. 6, 07 jun. 2008.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Dissuasão e presença: reflexos para a Força Terrestre no próximo quarto de século. Monografia. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.

PARET, Peter (editors). Makers of modern strategy from Machiavelli to the Nuclear Age. Princeton: Princeton University Press, 1986.

PASSOS, José Meirelles. Novo alvo: o terror nas Américas. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 2001. O Mundo. P. 37.

\_\_\_\_\_. América Latina um século atrás. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 2001. O Mundo. P. 24.

PRADO, Paulo. A ilusão americana. São Paulo: Brasiliense, 1958.

QUINTÃO, Mário. A atuação do Ministério da Defesa. Palestra para os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares na ESG. Setembro de 2001.

SALES, Eugenio de Araújo. Importância da esperança. O Globo, Opinião, p. 7, 07 jun. 2008.

SILVA, Osvaldo Monteiro da. Amazônia Brasileira: análise do quadro demográfico - visão prospectiva para aplicação da estratégia da dissuasão na área. Rio de Janeiro: ECEME, 1996. Monografia (Reservado).

SKIDMORE, Thomas E. O Brasil visto de fora. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. Tudo é possível no Brasil. O Globo. Rio de Janeiro, O País, p. 3, 28 out. 2001. Entrevista a Tereza Cruvinel e Vivian Oswald.

SODRÉ, Nelson Werneck. O governo militar secreto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

\_\_\_\_\_. Tudo é política. Ivan Alves Filho (organizador). Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

\_\_\_\_\_. Vinte anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

SUWWAN, Leila. Jobim defende presença militar em área indígena: para ministro da Defesa, terras, mesmo dentro de reservas, são de propriedade da União. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 9, 05 jun. 2008.

THUROW, Lester C. O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Trad. Nivaldo Montinguelli Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (coordenadores). Pobreza, cidadania e segurança. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

VENTURA, Mauro. Genivaldo da Silva: entrevista. O Globo, Rio de Janeiro, Revista O Globo, Ano 4 - nº 199, p. 10, 18 maio 2008.

VIGNY, Alfred de. Servidão e grandeza militares. Trad. Paulo Rónai e Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, com

introd. e notas. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1975.

© Copyright 2008. Todos os direitos reservados ao autor.